

Sindicalismo, saúde e segurança no trabalho

Desafios na escola pública brasileira

MÁRIO CESAR FERREIRA*
AMARILIO FERREIRA JR.**

RESUMO: As metamorfoses aceleradas no mundo do trabalho contemporâneo, impulsionadas pelo processo de reestruturação produtiva, têm agravado as condições de trabalho, saúde e segurança dos trabalhadores. Nesse contexto, os dilemas do ensino básico no Brasil e o trabalho de educar nas escolas públicas têm posto a saúde e a segurança dos profissionais da educação permanentemente em risco. Com base nesse cenário, o artigo aponta os principais desafios que estão postos ao movimento sindical da categoria para a promoção da saúde e da segurança no trabalho.

Palavras-chave: Profissionais da educação. Trabalho. Promoção da saúde e segurança. Desafios sindicais.

O artigo tem um duplo objetivo: de um lado, fornecer uma visão panorâmica das principais transformações que se operam no mundo do trabalho contemporâneo – cenário no qual se inscreve a relação trabalho-saúde-segurança dos profissionais da educação no Brasil – e, de outro, apontar, com base nesse cenário, os principais desafios que estão postos ao movimento sindical da categoria para a promoção da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no contexto das escolas públicas brasileiras. É na confluência dessas duas dimensões analíticas, nas quais se

* Pós-Doutorado em Ergonomia Aplicada à Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Atualmente é professor Associado II no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB). É autor do livro *Qualidade de vida no trabalho: uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores* (2012). Brasília/DF - Brasil. E-mail: <mcesar@unb.br>.

** Pós-Doutorado em História da Educação. Atualmente é professor Associado IV da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), atuando na área de Educação com ênfase em História, Filosofia e Sociologia da Educação. São Carlos/SP - Brasil. E-mail: <ferreira@ufscar.br>.

estruturam os argumentos do texto, que se buscará discutir o nexo entre o trabalho de educar, o processo saúde-doença e a segurança no trabalho e, em consequência, os desafios que se apresentam para o movimento sindical dos trabalhadores da educação.

A relevância do debate sobre o trabalho de educar e a promoção da saúde e segurança – um dos temas que compõem o dossiê organizado nesta edição de *Retratos da Escola* – fundamenta-se em três aspectos interdependentes:

- » **do ponto de vista social:** a promoção da saúde dos profissionais da educação é absolutamente estratégica para que a educação pública brasileira contribua significativamente para o desenvolvimento econômico, social, político, ambiental e cultural no Brasil e, em decorrência, para a qualidade de vida no planeta. A preservação da saúde e a consolidação das vivências de bem-estar no trabalho no contexto do trabalho educativo são dois requisitos fundamentais para que os profissionais da educação, cada vez mais, afirmem-se como protagonistas de uma das mais belas e relevantes tarefas da sociedade brasileira: cuidar da educação das nossas crianças e jovens como uma das formas de cuidar do futuro da sociedade brasileira;
- » **do ponto de vista institucional:** as unidades que compõem o sistema público de ensino básico dependem inexoravelmente do seu quadro de pessoal para o alcance de sua missão, objetivos e metas educacionais. Os profissionais da educação são, nesse contexto institucional, protagonistas insubstituíveis, sendo que o trabalho cotidiano de cada um deles coloca em movimento o sistema público de ensino brasileiro. A incidência de agravos à saúde (como síndrome de esgotamento físico e mental), de riscos à segurança física (como violência escolar), de absenteísmo (como falta contumaz ao trabalho) ou presenteísmo (como frágil engajamento com o trabalho e a organização, desejo permanente de desistir), entre outros, é fator que ameaça o funcionamento normal e de qualidade do ensino ofertado às crianças e aos jovens que frequentam a escola pública;
- » **do ponto de vista acadêmico:** a produção bibliográfica sobre o trabalho de educar, a saúde e a segurança no trabalho é ainda muito incipiente no Brasil no campo das ciências do trabalho e da saúde. O nexo entre o trabalho dos profissionais da educação e os impactos sobre a saúde carece ainda de mais investigações científicas que permitam compreender do que adoecem esses trabalhadores, além de pesquisas que permitam também identificar as múltiplas exigências presentes nos cotidianos das escolas, as quais estruturam um perfil típico de custo humano do trabalho e que, em certas circunstâncias, colocam em falência as estratégias operatórias de mediação e evidenciam riscos à saúde dos profissionais da educação. A promoção da saúde e segurança no contexto de trabalho nas escolas ainda padece da falta de uma parceria mais efetiva

entre os pesquisadores das ciências do trabalho e da saúde e os trabalhadores da educação e suas organizações sindicais.

Em síntese, tais aspectos que fundamentam a relevância da temática indicam que a promoção da saúde e da segurança dos profissionais da educação pode configurar um cenário em que todos ganham: os trabalhadores, as crianças/jovens, os pais, os pesquisadores, enfim, a sociedade brasileira.

Para alcançar os objetivos delineados, três questões servem de “bússola” para o trajeto argumentativo empreendido: como se caracteriza o processo de reestruturação produtiva que serve de cenário contemporâneo global ao contexto de trabalho específico dos profissionais da educação da escola pública brasileira? Quais são os principais dilemas que permitem compreender os problemas de saúde e segurança dos profissionais da educação na escola pública? Quais são os principais desafios sindicais para a promoção da saúde e segurança dos profissionais da educação?

Mundo do trabalho contemporâneo: transformações aceleradas e impactos

O trabalho educativo nas escolas públicas brasileiras e seus impactos sobre a saúde e a segurança dos profissionais da educação não estão imunes às transformações que se operam no mundo do trabalho contemporâneo. Ao contrário, as tendências, os dilemas, as inovações tecnológicas, os modelos de gestão, o perfil esperado dos egressos pelo mercado de trabalho futuro etc. constituem fatores que influenciam sobremaneira o trabalho de educar e, em consequência, tendem a “moldar” a vida no interior das escolas públicas. Em linhas gerais, como se caracteriza o processo de transformações aceleradas no mundo do trabalho que se inscreve na chamada globalização econômica ou sociedade mundial da informação?

Na literatura especializada, já é lugar-comum designar as metamorfoses aceleradas no mundo do trabalho como processos de reestruturação produtiva. Esses processos tiveram sua origem nas décadas de 1960 e 1970, em face da crise capitalista mundial de acumulação das taxas de lucro das grandes empresas multinacionais; foram, ainda, resultado do efeito combinado de um conjunto de fatores, como a crise do Estado do bem-estar social (inflação, alta dos juros, déficit fiscal, crise de energia e crescimento das políticas públicas) e a chamada “revolução técnico-científica” (microeletrônica, microbiologia e energia nuclear), o que impôs o esgotamento do modelo de gestão do trabalho no interior das organizações, apontando a necessidade de mudanças estruturais para garantir sobrevivência ao próprio sistema.

Nasceu, portanto, a chamada reestruturação produtiva, que, paulatinamente, promoveu um conjunto de mudanças interdependentes, de viés conservador,

apoiando-se principalmente: (a) nas transformações no arcabouço jurídico que regula as relações de trabalho e o próprio processo produtivo, merecendo destaque, de um lado, as medidas voltadas para o estabelecimento de bases mais livres para as relações de compra e venda de mercadorias, geração de tecnologias e intensificação dos mecanismos de comunicação e, de outro, as mudanças operadas no interior das próprias organizações, por meio de novas normas, papéis e atribuições de seus membros; (b) no investimento intensivo em inovações tecnológicas, em especial na automação e informatização dos modos de produção de mercadorias e serviços; (c) nas inovações gerenciais, por meio da introdução de ferramentas informatizadas, que se tornaram facilitadoras da chamada gestão flexível da produção (fabricação com base na demanda) e do trabalho (gerenciamento mais eficaz do tempo e das performances dos trabalhadores); e (d) no ataque sistemático neoliberal contra as conquistas históricas, acumuladas pelo movimento sindical dos trabalhadores.

Nesse elenco de mudanças, merece destaque o uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), na medida em que elas se transformaram em ferramentas estratégicas da gestão flexível do trabalho, agregando uma brutal aceleração na execução das tarefas, intensificando o trabalho no interior das empresas e repartições públicas, pulverizando o tempo “clássico” de trabalho sob o formato de jornada e inaugurando o teletrabalho e o trabalho em domicílio em escala “industrial” como modalidades historicamente novas na relação trabalho-corporação.

Um rápido balanço das análises do processo de reestruturação produtiva em curso mostra uma face negativa e preocupante com base em três modalidades principais de impactos que ele vem produzindo: (a) sobre a produção de mercadorias e serviços (como baixa qualidade, erros, retrabalho, danificação de máquinas etc.); (b) sobre os produtores das riquezas, os trabalhadores (como absenteísmo, presenteísmo, agravos à saúde, licenças-saúde, aposentadorias precoces, suicídios); e (c) sobre os clientes/consumidores do setor privado e os cidadãos/usuários dos serviços públicos (como queixas, reclamações, perda de fidelização, cidadania em risco, exclusão). No embalo da forte utilização das NTICs, o processo de reestruturação produtiva não é, portanto, neutro ou indolor aos seus principais protagonistas: os trabalhadores. Um exemplo eloquente dos impactos desse cenário da reestruturação produtiva sobre os trabalhadores é o crescimento da síndrome de esgotamento físico e mental (síndrome de *burnout*), que se caracteriza por um sentimento crônico de exaustão oriundo das exigências duradouras, intensas e insuportáveis presentes nos ambientes de trabalho.

Como suporte ideológico às mudanças produzidas pela reestruturação produtiva, constata-se uma radicalização da cultura do individualismo (EHERENBERG, 2000), que permeia o cenário de competição globalizada, pautada pela excelência do produtivismo exacerbado que preside a intensificação do trabalho (como o aumento das exigências, do ritmo, do controle). Se fosse possível colocar uma lupa para ver de

bem perto o “DNA” do processo de metamorfoses em curso, saltaria aos olhos o seu caráter de modernização conservadora nos marcos das relações capitalistas de produção. Metaforicamente, pode-se afirmar que, nas corporações atuais, Taylor e Ford estão vivos e gozam de boa saúde! Em outras palavras, os pressupostos da Organização Científica do Trabalho (OCT) de Taylor, que foram radicalizados por Ford e operam uma alienação/reificação do trabalho humano, permanecem, inequivocamente, atuais e fortemente presentes nos ambientes corporativos.

Nesse contexto, marcadamente crítico e complexo, em que o emprego torna-se ainda mais uma espécie de “tábua de salvação”, a maioria dos trabalhadores tem sido induzida a uma postura que combina *resiliência* e *resignação*, cuja resultante pode estar na origem de uma indiferença doentia e uma subjetividade regredida que radicaliza o fenômeno da “embrutecimentopatia” (insensibilidade para como outro – FERREIRA, 2009).

O Brasil, detentor do sexto Produto Interno Bruto (PIB) mundial, caracteriza-se por possuir um capitalismo tardio, periférico e autoritário, no qual ainda se manifestam históricas e estruturais desigualdades no seio da sua população. O período recente mais crítico de implementação de políticas neoliberais de precarização do trabalho – especialmente a terceirização e a flexibilização dos direitos trabalhistas e previdenciários – só fez agravar as desigualdades sociais (ANTUNES; ALVES, 2004). Diante disso, o processo de reestruturação produtiva no caso brasileiro é um fenômeno sem contornos definidos, combinando o predomínio de micro, pequenas e médias empresas com grandes corporações nacionais e multinacionais. É nesse cenário que o setor público brasileiro – tão diverso quanto heterogêneo e inscrito numa sociedade e Estado capitalistas em vias de desenvolvimento – configura contextos de trabalho, marcados por um rol de dificuldades diversas.

Dilemas do ensino básico e a saúde dos trabalhadores da educação

O cenário social no qual se inscreve o trabalho de educar no Brasil é de impressionante complexidade. A variabilidade de contextos (nacional, estadual e municipal), a diversidade de situações (como redes distintas, estruturas arquitetônicas das escolas, gestões administrativas de governadores e prefeitos), a pluralidade de protagonistas envolvidos (como governantes, pais, alunos, professores e funcionários), o provimento diferenciado aos cargos de direção das escolas (como nomeação por indicação, concursos, prova de seleção por eleição direta, eleições diretas), a localização geográfica das escolas (periféricas e centrais) e a origem social dos alunos, apenas para citar alguns aspectos, desenham um verdadeiro mosaico do ensino básico brasileiro composto por microrrealidades, que, por seu turno, influenciam fortemente a

relação trabalho-saúde-segurança dos profissionais da educação no interior das escolas. Nessa paisagem, os efeitos da reestruturação produtiva que se operam no mundo do trabalho, certamente, agregam maior complexidade, na qual se insere o trabalho de educar.

A saúde e a segurança dos trabalhadores são dimensões transversais ao contexto organizacional no qual estão inseridos os trabalhadores. Compreender o perfil epidemiológico e os riscos para a segurança de uma categoria profissional implica examiná-los à luz do perfil reprodutivo (como e em que condições vive-se) e do perfil produtivo (como e em que condições trabalha-se). No caso do ensino básico brasileiro e dos profissionais da educação, os principais entraves evidenciam uma situação crítica e preocupante, cabendo destacar: baixos salários; precariedade de infraestrutura e equipamentos das escolas; gestão ainda marcada por clientelismo político; gestão do trabalho marcada pelo gerencialismo autoritário (importado das grandes corporações privadas); falta de uma política nacional de educação continuada dos profissionais da educação; terceirização de serviços, contratos temporários e precarização do trabalho; descumprimento governamental dos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCRs); carência de recursos; irregularidades no repasse de recursos constitucionais para as escolas; financiamento público insuficiente; baixo reconhecimento social da profissão docente; desvalorização da carreira do magistério; violência (de origem interna e externa) e uso de drogas nas escolas; escassez de professores (especialmente nas disciplinas de química, física, matemática e biologia); quantidade excessiva de alunos por turno e nível de ensino; falta de regularidade e ampliação da merenda escolar; e incipiente reconhecimento dos funcionários de escola. Devem-se adicionar ainda, nesse rol de entraves, os efeitos produzidos pela nova cultura cibernética, que coloca uma gama contraditória de informações fragmentadas, em tempo real, no âmbito da sala de aula (por exemplo, o uso do Google pelos alunos).

Esses ingredientes configuram um estado de longa crise que vem se arrastando, principalmente, desde a duplicação da escolaridade obrigatória de quatro para oito anos e a formação profissional precária dos professores, impostas pelas reformas educacionais da Ditadura Militar, ou seja, a Lei nº 5.440, de 1968, e a Lei nº 5.692, de 1971 (FERREIRA JR; BITTAR, 2006). Essas reformas significaram o fim dos chamados “anos dourados da educação”, que tiveram seu apogeu nas décadas de 1950 e 1960.

A erradicação do analfabetismo ainda existente no país, a garantia de vagas nas escolas públicas para todos (especialmente no ensino secundário), o combate ao descalço de muitos governantes, a ampliação dos recursos públicos da educação, a melhoria salarial, a valorização da carreira, o incremento da gestão democrática, o investimento na formação continuada dos trabalhadores da educação, a reorganização da jornada de trabalho e a redução da carga de trabalho (principalmente, a diminuição do número de alunos por sala de aula) são alguns dos mais importantes desafios

para alavancar o ensino básico no Brasil e alterar positivamente a realidade de trabalho de educar no interior das escolas. Enquanto se trava essa luta com múltiplos desafios, o mundo do trabalho nas escolas e seus ingredientes sugerem a produção de um cenário inquietante no campo da saúde e segurança no trabalho dos profissionais da educação.

Excetuando o estudo de fôlego sobre condições de trabalho e sofrimento psíquico dos trabalhadores em educação – conduzido por Codo (1999), com cerca de 52 mil participantes –, que mostrou a prevalência da *síndrome de burnout* na categoria, a verdade é que, no limiar do século XXI, ainda se conhece pouco cientificamente sobre o perfil epidemiológico e onexo trabalho-doença entre os profissionais da educação no Brasil. Basta acessar uma das importantes bibliotecas eletrônicas de periódicos científicos brasileiros, a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), para constatar a existência de reduzido número de estudos, com abrangência restrita e focados em professores (ver, por exemplo, CARLOTTO; PALAZZO, 2006; REIS et al., 2006; SOUZA; BRITO 2012). Mesmo Souza e Leite (2011), ao realizarem uma revisão da literatura sobre as condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil no período de 1997 a 2006, concentram-se em dissertações e teses.

Os dados encontrados em poucos estudos e fontes documentais diversas mostram, entretanto, que os profissionais da educação estão constantemente submetidos a diversos riscos e padecem de agravos à saúde que parecem delinear um perfil característico: exaustão emocional; sentimento de despersonalização; percepção de pouca realização profissional; sentimento de cobrança; estresse; irritabilidade; nervosismo; impaciência; cansaço crônico; sofrimento no trabalho; depressão; desmotivação; frustração; insensibilidade; laringites; transtornos da voz (disfonias); lordose lombar/cervical; problemas nas articulações; varizes; Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORTs); e alergias. Tais problemas fornecem elementos para compreender a “síndrome da desistência”, apontada por Codo (1999), e a vontade dos profissionais da educação de mudar de emprego.

Agenda da promoção da saúde e segurança dos trabalhadores da educação: principais desafios da luta sindical

Em face do cenário contemporâneo descrito e do rol dos principais problemas vivenciados pelos profissionais da educação – que emolduram os ofícios de educar as novas gerações de brasileiros e o perfil dos principais problemas de saúde e segurança no contexto de trabalho do sistema público de ensino básico –, colocam-se três grandes desafios ao movimento sindical da categoria:

1. ampliar o arco das ações sindicais: é fundamental superar um traço histórico que marca, desde a sua origem, o movimento sindical dos trabalhadores: o foco predominante e quase exclusivo da luta pela (re)valorização salarial dos sindicalizados. Não se trata de colocar essa importante e central questão em segundo plano, pois ela está umbilicalmente associada à reprodução de condições dignas de vida e de trabalho, como atesta a luta pelo piso salarial nacional da categoria. A superação proposta consiste em ampliar radicalmente o fazer sindical. Implica, principalmente, reconhecer que o conflito capital-trabalho no cotidiano das organizações, inclusive públicas, caracteriza-se por múltiplas e diferentes contradições; o valor do trabalho sob a forma de salário é uma delas, mas não é a única. No caso dos profissionais da educação, o trabalho de educar requer de cada trabalhador colocar o corpo, o intelecto e o afeto para responder às múltiplas exigências presentes nas situações de trabalho, configuradoras de um custo humano singular. Além do mal-estar produzido pela remuneração não adequada – fonte de insatisfação, sentimento de injustiça e desvalorização social da profissão –, os profissionais da educação deparam-se cotidianamente com múltiplas contradições, que se expressam:

- » nas condições precárias de trabalho (como prédios escolares com estruturas arquitetônicas inadequadas e precárias, falta de materiais e equipamentos didáticos);
- » na organização desumana do trabalho (como superlotação das salas de aula, jornada excessiva);
- » nas relações socioprofissionais conflitantes (como atos de assédio moral, violência física e psicológica no trabalho);
- » na falta de reconhecimento do trabalho (como desvalorização da carreira);
- » na pouca ou nenhuma perspectiva de desenvolvimento profissional (como formação continuada residual ou inexistente);
- » na discriminação da condição feminina (como machismo, violência contra a mulher);
- » no elo trabalho-vida social (como dificuldades em conciliar vida familiar e trabalho).

Tais contradições – além da desvalorização salarial – devem ser enfrentadas pelo movimento sindical, pois são elas também que, em “doses homeopáticas”, roubam e dilapidam no interior das escolas a saúde dos profissionais da educação, com impactos para a vida fora do trabalho. Não é plausível preconizar a promoção da saúde e

da segurança no trabalho sem, portanto, o efetivo enfrentamento sindical sistemático e permanente dessas contradições que, diuturnamente, colocam em risco o bem-estar no trabalho da categoria, por meio de fontes estressoras que intensificam e aceleram os desgastes vivenciados. A prática sindical no campo da saúde e segurança ancorada somente no “denuncismo” é de eficácia reduzida;

2. **investir na formação sindical e na criação de estrutura em saúde e segurança no trabalho:** em certa medida um corolário do desafio anterior, é imprescindível investir na formação teórica, metodológica e ética dos dirigentes e do quadro administrativo sindical no campo da relação da saúde e segurança no trabalho. Este é o caminho mais apropriado para lidar com o rol de contradições vivenciadas pelos profissionais da educação que coloca em risco a saúde e a segurança no trabalho. Do mesmo modo que um dirigente é capaz de defender com competência, por exemplo, o piso, a jornada e a carreira, é fundamental que ele também saiba discursar sobre a gênese da síndrome de *burnout* na categoria. Da mesma forma, é importante dispor de estrutura, recursos e pessoal técnico para o trabalho de gestão das ações sindicais no campo da saúde e segurança no trabalho. A estrutura, os recursos materiais/financeiros e o quadro de pessoal técnico devem contemplar as três grandes áreas de atuação: (a) vigilância epidemiológica; (b) assistência sindical; e (c) promoção da saúde e segurança no trabalho. Em muitas organizações sindicais, constata-se a existência de “secretaria de saúde” ou equivalente, com importantes missões, mais sem dispor de meios efetivos para atuação. A mudança de olhar (concepção) e a ampliação das ações sindicais (práticas) devem, portanto, produzir investimentos efetivos (financeiros, materiais) na promoção da saúde e segurança no trabalho dos profissionais da educação;
3. **produzir conhecimento científico para a promoção da saúde:** um novo fazer sindical no campo da saúde e segurança no trabalho pressupõe um conhecimento rigoroso (científico) e aprofundado das contradições vivenciadas pelos profissionais da educação, pois são elas que estão na origem dos agravos à saúde (por exemplo, gênese, causas, formas de manifestação). A carência de pesquisas científicas na tríade trabalho, saúde e segurança – expressa na incipiente produção bibliográfica brasileira nas ciências do trabalho e da saúde – é reveladora do grau de “relativa ignorância” atual sobre, por exemplo, do que adoecem os profissionais da educação. Os poucos estudos existentes focam impactos sobre a saúde dos professores. Sobre a realidade dos funcionários de escola, a “ausência” de pesquisas científicas é alarmante. Há inúmeras perguntas sem respostas sobre a realidade dos profissionais da educação no Brasil. Duas servem de ilustração: qual é o perfil epidemiológico nacional da categoria?

Quais são as principais fontes de bem-estar e de mal-estar no trabalho vivenciadas pela categoria que repercutem sobre o processo saúde-doença? Dispor de respostas com rigor científico para estas e outras questões significa dispor de “insumo” fundamental para o planejamento, a execução e a avaliação das ações sindicais. Sem tais respostas, o fazer sindical estará sempre fadado a implementar ações tópicas, localizadas, pontuais e sem sustentabilidade humana histórica. A produção desse conhecimento científico para a promoção da saúde desdobra-se em outros desafios correlatos, cabendo destacar:

- » a necessidade de produção periódica de diagnósticos sobre trabalho, saúde e segurança na categoria, que permita formular políticas (fundamentos, valores e princípios) e programas (projetos, ações) no campo da QVT centrados no olhar dos profissionais da educação (FERREIRA, 2012), bem como permita monitorar, ao longo do tempo, a evolução do estado de saúde e das vivências de bem-estar e mal-estar no trabalho dos profissionais da educação. Nessa esfera, é fundamental não perder de vista a necessidade de implementar também projetos específicos tanto para os aposentados quanto para os que se preparam para a aposentadoria, baseados no pressuposto do envelhecimento saudável;
- » a urgência do investimento em parcerias com organismos públicos nacionais e internacionais produtores de pesquisas que podem atender às demandas da categoria. A interlocução com os pesquisadores das ciências do trabalho e da saúde nas universidades públicas brasileiras, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) do Ministério do Trabalho e Emprego, a Organização Internacional do Trabalho, entre outros, é absolutamente estratégica para o suporte na produção de diagnósticos científicos voltados para a promoção da saúde e da segurança no trabalho dos profissionais da educação. Essa interlocução e construção interinstitucional podem contribuir na formulação de políticas públicas intersetoriais focadas na promoção da saúde e segurança da categoria nos âmbitos dos Poderes Executivo e Legislativo;
- » a importância da construção de redes digitais intersindicais e populares na temática “trabalho, saúde e segurança” como mecanismo de fomentar e incrementar, por exemplo, a comunicação, as trocas de experiências, as ações de solidariedade, os projetos unificados de pesquisas, a cooperação técnica, o incremento da visibilidade social, a articulação com a sociedade e suas organizações. É imperioso colocar todas as potencialidades das NTICs a serviço da promoção da saúde e da segurança dos profissionais da educação.

Além desses principais desafios apontados, a promoção da saúde e segurança no trabalho dos profissionais da educação requer aprofundar as reflexões sobre uma questão central e estratégica para os trabalhadores do setor público: a gestão organizacional e do trabalho nos órgãos públicos no contexto de um estado capitalista. A natureza e a missão do setor público como Estado empregador, mesmo numa sociedade capitalista, são radicalmente distintas das estabelecidas para as organizações privadas. O espaço para este artigo não permite maior digressão, mas cabe abordar um aspecto nuclear desse debate que dialoga com os desafios sindicais.

As empresas visam ao lucro, à rentabilidade e à produtividade/qualidade, focadas na competitividade. O setor público, diferentemente, visa à promoção da cidadania por meio do acesso dos usuários aos serviços de qualidade para todos. O setor privado e o setor público são, portanto, dois *loci* organizacionais ou mundos com finalismos e culturas bem distintos. Se esta é uma constatação sólida, a questão nevrálgica que se coloca é a seguinte: por que importar modelos de gestão organizacional e do trabalho do setor privado e empresarial para o interior dos órgãos públicos? Por que, por exemplo, utilizar no setor público o paradigma central do pensamento taylorista, que opera uma separação radical entre o trabalho de concepção (aqueles que pensam, criam) e o trabalho de execução (aqueles que fazem e nada criam)? A quem serve essa clivagem administrativa entre área meio e área fim no setor público, que dá origem a dois coletivos diferentes de trabalhadores e fomenta conflitos entre pares e sentimentos de discriminação e desvalorização? Nesse sentido, é fundamental fortalecer o pressuposto de que todos que atuam profissionalmente nos ambientes escolares são também educadores (NASCIMENTO, 2009).

Eis uma questão crucial para a promoção da saúde e da segurança dos profissionais, pois já é bem conhecido na literatura científica em ciências do trabalho e da saúde que grande parte das doenças dos trabalhadores e da ocorrência de acidentes tem na sua gênese modelos de organização do trabalho de filiação taylorista-fordista; modelos que veiculam uma concepção reificadora de ser humano, de trabalho e de organização e, em consequência, não respeitam os limites e capacidades humanos.

Considerações finais

O percurso argumentativo percorrido neste artigo fornece as bases de reflexão para a urgência de se repensar o campo da saúde e segurança no trabalho e indicar os principais desafios que estão postos ao movimento sindical dos profissionais da educação e às suas organizações. Nesse percurso, buscou-se chamar atenção para o imperativo de se pensar a inter-relação trabalho, saúde e segurança, sem perder de vista uma avaliação do processo de reestruturação produtiva e de seus impactos. É

esse cenário que influencia o contexto de trabalho nas escolas, agravado pelos grandes entraves do sistema público de ensino básico, que repercutem na saúde dos profissionais da educação e, em consequência, acarretam graves problemas para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem no âmbito da escola pública brasileira.

Nesse contexto, torna-se possível apontar os três grandes desafios postos na agenda do movimento sindical da categoria: (a) ampliar o arco das ações sindicais; (b) investir na formação sindical e na criação de estrutura em saúde e segurança no trabalho; e (c) produzir conhecimento científico para a promoção da saúde e segurança no trabalho. Transversal a esses desafios é avançar na formulação de um modelo de gestão organizacional e do trabalho que radicalize a participação dos protagonistas da educação, que coloque em sintonia o trabalho de educar e o bem-estar, e que, sobretudo, esteja alinhado à missão republicana do setor público: promover a cidadania. Em síntese, sustenta-se a tese segundo a qual é vital vincular a defesa da saúde e segurança dos trabalhadores da educação com a qualidade de ensino ofertada pela escola pública. Não é exagero lembrar que, no caso das escolas públicas, a cidadania consiste fundamentalmente em oferecer às crianças e aos jovens brasileiros uma escola bem equipada como espaço social, plural, democrático e promotor de uma formação omnilateral, para que as novas gerações transformem o mundo contemporâneo em um lugar melhor para se viver.

Recebido em outubro de 2012 e aprovado em dezembro de 2012

Referências

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

CARLOTTO, Mary Sandra; PALAZZO, Lílian dos Santos. Síndrome de *burnout* e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 1017-1026, maio 2006.

CODO, Wanderley. **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.

HERENBERG, Alain. **La fatigue d'êtresoi**. Dépression et société. Paris: Odile Jacob, 2000.

FERREIRA, Mário César. Embrutecimentopatia. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, p. 27, 14 fev. 2009.

_____. **Qualidade de vida no trabalho: uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores**. 2. ed. rev. amp. Brasília, DF: Paralelo 15, 2012.

FERREIRA JR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, dez. 2006.

NASCIMENTO, Francisco das Chagas Firmino do. Da escola ao espaço educativo: o novo sentido pedagógico. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 3, n. 5, p. 375-389, jul./dez. 2009.

REIS, Eduardo J. F. Borges dos et al. Docência e exaustão emocional. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 229-253, abr. 2006.

SOUZA, Aparecida Neri de; LEITE, Marcia de Paula. Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1105-1121, dez. 2011.

SOUZA, Kátia Reis de; BRITO, Jussara Cruz de. Sindicalismo, condições de trabalho e saúde: a perspectiva dos profissionais da educação do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 379-388, fev. 2012.

Unionism, health and safety at work *Challenges in the Brazilian public school*

ABSTRACT: The rapid pace of change in the world of contemporary work, driven by the restructuring of production, has aggravated workers' conditions, health and safety. In this context, the dilemmas of basic education in Brazil and the work of educating in public schools have put the health and safety of education professionals permanently at risk. Against such a background, this article points out the major challenges facing the education workers' union movement in terms of promoting health and safety at work.

Keywords: Education professionals. Work. Promoting health and safety. Union challenges.

Syndicalisme, santé et sécurité au travail *Les défis de l'école publique brésilienne*

RÉSUMÉ: Les métamorphoses accélérées dans le monde du travail contemporain, stimulées par le processus de restructuration productive ont détérioré les conditions de travail, la santé et la sécurité des travailleurs. Dans ce contexte, les dilemmes de l'enseignement élémentaire au Brésil et le travail d'éduquer dans les écoles publiques ont mis perpétuellement en risque la santé et la sécurité des professionnels de l'éducation. Sur la base de ce scénario, l'article pointe les principaux défis qui sont posés au mouvement syndical de la catégorie quant à la promotion de la santé et la sécurité au travail.

Mots-clés: Professionnels de l'éducation. Travail. Promotion de la santé et sécurité. Défis syndicalistes.

Sindicalismo, salud e seguridad no trabalho *Retos en la escuela pública brasileña*

RESUMEN: Las metamorfosis aceleradas en el mundo del trabajo contemporáneo, impulsadas por el proceso de reestructuración productiva, ha agravado las condiciones de trabajo, salud y seguridad de los trabajadores. En es contexto, los dilemas de la enseñanza básica en Brasil, así como el trabajo de educar en las escuelas públicas han puesto en riesgo, permanentemente, la salud y la seguridad de los profesionales de la educación. Tomando como referencia ese escenario, el artículo apunta los principales retos que fueron atribuidos al movimiento sindical de la categoría para la promoción de la salud y de la seguridad en el trabajo.

Palabras clave: Profesionales de la educación. Trabajo. Promoción de la salud y de la seguridad. Retos sindicales.